

Imigrações e cidadanias no centro de um ex-império: raça, gênero e o Estado de Bem-Estar britânico.

Thiago Romão de Alencar¹

Resumo: Esse artigo procura mostrar como o Estado de bem-estar britânico se apoiou em um consenso interclassista de colorações sexistas e racistas cujo ápice ocorreu na Segunda Guerra Mundial. No pós-guerra, a questão da imigração trouxe à tona essas contradições ao mostrar o papel do Estado e do nacionalismo na regulação do acesso aos meios de subsistência pelas diversas frações da classe trabalhadora no Reino Unido, e na redefinição daqueles considerados aptos a integrarem a comunidade nacional. Tal processo resultou em diferentes experiências de classe tanto na esfera da produção como na da reprodução para diferentes frações da classe trabalhadora, estabelecendo hierarquias no interior desta, o que serve para matizar a visão sobre os “anos dourados” do capitalismo nos países centrais.

Palavras-chave: Reino Unido; Estado de bem-estar social; Imigração; Cidadania.

Abstract: This paper seeks to show how the British welfare state relied on an inter-classist consensus of sexist and racist colourations which culminated in the Second World War. In the post-war period, the question of immigration brought these contradictions to the fore by showing the role of the state and nationalism in regulating access to the means of subsistence for the various fractions of the working class in the United Kingdom and in the redefinition of those considered fit to integrate the national community. This process resulted in different class experiences in the sphere of both production and reproduction for different fractions of the working class, establishing

¹ Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Email: thiagoromaoalencar1505@gmail.com. Orcid id: <https://orcid.org/0000-0001-9179-2469>

hierarchies within the latter, which serves to attenuate the view of the 'golden years' of capitalism in the central countries.

Keywords: United Kingdom; Welfare state; Immigration; Citizenship.

Introdução

O Estado de Bem-Estar Social, erigido no pós-1945 nos países do capitalismo central, foi a manifestação material e institucional específica resultante da conjuntura aberta com a crise de 1929, a ascensão do nazifascismo, a eclosão da Segunda Guerra e a consolidação da União Soviética como um dos polos de poder na esfera internacional no pós-guerra. Gestou-se um novo tipo de relação entre Estado e sociedade, materializada em políticas específicas que incidiram diretamente na acumulação capitalista – ao alterar o papel do Estado frente a economia – e na reprodução da força de trabalho – ao reordenar as fronteiras entre as esferas pública e privada envolvidas nela. Esse complexo processo teve como uma de suas principais características a busca estatal por pleno emprego – através de nacionalizações e de um maior controle na relação entre trabalhadores e patrões por meio de órgãos tripartites – e a extensão dos direitos sociais – com a oferta de serviços públicos e a institucionalização da assistência social como rede de defesa contra a pobreza absoluta e como meio de garantir a manutenção de necessidades humanas básicas.

No caso britânico, a construção desse Estado de bem-estar esteve diretamente relacionada à forma com que a Segunda Guerra foi vivenciada por aquela nação: uma guerra total, que envolveu todos os recursos da nação britânica, fossem eles naturais, produtivos ou humanos, luta essa simbolizada pelo governo de coalizão nacional que reuniu conservadores e trabalhistas a partir de 1940. Como explica Virdee (2014, p. 99, tradução nossa), foi nesse período que

a ideologia da unidade nacional, tão característica do período subsequente do bem-estar social, foi implantada com mais segurança do que até então, pois os Conservadores sob Churchill e os Trabalhistas sob Attlee se reuniram em um governo de unidade nacional representando todas as classes sociais para combater a ameaça do expansionismo alemão sob o nacional-socialismo. Pode-se argumentar que as importantes reformas que foram instituídas pelo primeiro governo trabalhista majoritário em 1945 sob Attlee representaram a conclusão

do processo gradual, mas implacável, de inclusão da classe trabalhadora na nação instigado pelo novo modelo de sindicatos e pela Lei de Reforma de 1867².

Bonnett (1998) mostra como o imperialismo no século XIX e as primeiras políticas sociais de começo do século XX foram centrais nesse longo processo de inclusão da classe trabalhadora no ideal nacional/racial britânico, processo que, não por acaso, coincide com a ampliação da democracia naquele país a partir da mencionada reforma de 1867. Antes disso, como argumenta Virdee (2014, p. 23, tradução nossa), “a classe trabalhadora sem direito a voto e, portanto, constituindo-se de cidadãos inativos da Grã-Bretanha protestante, permaneceu a classe social menos receptiva a projetos de integração nacional”. Se as classes trabalhadoras na Inglaterra do começo da era vitoriana eram tratadas como raças inferiores³ – e se antes, a burguesia se apresentava como a única representante autêntica dos ideais nacionais e raciais britânicos –, com a expansão democrática ao longo da segunda metade do século XIX há uma ampliação do escopo dessa chamada “britanidade”, que passa a abarcar também as classes trabalhadoras brancas. Esse processo de “nacionalização da classe trabalhadora britânica” adquiriu a forma de um consenso interclassista em que o imperialismo – e sua estrutura racista e sexista⁴ – tinha papel central.

A Segunda Guerra foi o ápice desse processo: naquele contexto, “a classe trabalhadora participou ativamente do projeto de reconstrução de uma identidade nacional construída sobre os princípios gêmeos de uma cidadania comum e do pacto de bem-estar social” (VIRDEE, 2014, p. 99, tradução nossa). Tal identidade nacional envolvia hierarquias de gênero e raça, explícitas tanto quanto às fronteiras dessa cidadania, como quanto ao sentido desse pacto de bem-estar social: na verdade, tais fatores constituem os dois lados de uma mesma moeda, indissociáveis portanto.

² A reforma eleitoral de 1867 ampliou o número de eleitores do sexo masculino em 1 milhão e meio ao incluir parte dos artesãos qualificados, considerando, pela primeira vez na história britânica, membros da classe trabalhadora enquanto eleitores.

³ Sobre esse processo, ver ALENCAR, 2021.

⁴ Sobre o racismo e o sexismo indissociáveis da expansão imperialista e presentes tanto na metrópole como nas colônias, ver MCCLINTOCK, 2010.

Esse artigo buscará tratar dessas hierarquias e contradições de gênero e raça que ganharam força no pós-1945, para isso abordando o Estado de bem-estar social britânico a partir do ponto de vista dos imigrantes não-brancos que chegaram àquele país no período. A análise mostrará como cidadania, nacionalismo, imperialismo e bem-estar social estiveram imbricados, e como o seu amálgama – que chamaremos de “nacionalismo de bem-estar social” – resultou em exclusões, opressões e diferentes níveis de exploração no interior da classe trabalhadora na Grã-Bretanha. Começaremos com uma breve análise do chamado “relatório Beveridge” (1942), documento que foi a síntese do que viria a ser o Estado social britânico no pós-guerra. Tal análise nos fornecerá pistas com relação a essas exclusões e opressões no que tange às políticas sociais naquele país. Em seguida, abordaremos a questão da imigração em todas as suas contradições, a partir de dois pontos de análise centrais para a conformação desse “nacionalismo de bem-estar social”: a esfera do trabalho assalariado e a esfera doméstica. É na relação entre ambas e entre os sujeitos que encarnam funções específicas nestas esferas que reside o real caráter do Estado de bem-estar britânico. Se o período em questão é comumente conhecido como os “anos dourados” do capitalismo nos países centrais – em referência aos avanços sociais e econômicos da classe trabalhadora naqueles países – esse artigo buscará desconstruir essa visão consagrada.

I. O nacionalismo racial-generificado do relatório Beveridge

O relatório Beveridge, encomendado pelo governo de coalizão da guerra ao economista William Beveridge, ligado ao Partido Liberal, foi a síntese do que viria a ser o Estado de bem-estar social britânico. Publicado em 1942, impresso e distribuído nos *fronts* de batalha como estímulo aos soldados dos Aliados, o documento segue sendo um marco no que tange à relação entre Estado e sociedade nos países do capitalismo central.

A grande inovação do relatório Beveridge foi a proposta de um sistema de seguridade social nacional e unificado, com um eixo distributivo aliado a um contributivo, de caráter universal, e que aboliria o teste de meios – componente duramente criticados pela oposição trabalhista à época dos primeiros esquemas de bem-estar instituídos pelo Partido Liberal no início do século –, partindo do pressuposto de que

A seguridade social deve ser assegurada através da cooperação entre o Estado e o indivíduo. O Estado deve oferecer seguridade para o serviço e contribuição. O Estado, ao organizar a seguridade, não deve dificultar o incentivo, a oportunidade, a responsabilidade; ao estabelecer um mínimo nacional, ele deve deixar espaço e incentivo para a ação voluntária de cada indivíduo para fornecer mais do que esse mínimo para si e sua família (BEVERIDGE, pp. 6-7, tradução nossa).

O relatório tinha por objetivo vencer os cinco males que, segundo Beveridge (p. 6, tradução nossa), assolavam o país: “necessidade, doença, ignorância, miséria e ociosidade”. Para isso, buscava-se criar “um esquema de seguridade social contra a interrupção e a destruição do poder aquisitivo e para os gastos especiais que cresciam devido a nascimentos, casamento ou morte” (BEVERIDGE, 1942, p. 9, tradução nossa). Ou seja, além de se concentrar em compensar a perda de salários/poder de consumo de sua população assalariada, o Estado deveria também auxiliar os cidadãos britânicos em diversas fases – antes consideradas privadas – de sua vida.

A premissa beveridgeana era de que a unidade básica a ser compensada e defendida contra as intempéries do mercado desregulado era a família nuclear heteronormativa e sua reprodução social. O sistema de seguridade social proposto por ele via homem e mulher casados “como um time” (*idem*, p. 49, tradução nossa) em que cada um tinha uma função determinada. Com relação às mulheres, sua posição era clara: segundo o autor, “nos próximos trinta anos, as donas de casa terão trabalho vital a fazer no sentido de garantir a continuação adequada da raça britânica e dos ideais britânicos ao redor do mundo” (*idem*, p. 53, tradução nossa). Beveridge sintetizava, dessa forma, o papel e o lugar das mulheres casadas ou viúvas (que eram a maioria da população feminina na época do seu relatório) no esquema, ao mesmo tempo em que deixava

entrever as ambições e objetivos de seu relatório e do Estado social britânico por ele inspirado: a amenização dos efeitos da crise econômica e da guerra, sem desprezar a continuação e o melhoramento da raça britânica no mundo, objetivos esses sustentados pelo trabalho das mulheres nos lares brancos britânicos, reconstruídos no pós-guerra. Assim, as políticas sociais idealizadas no relatório Beveridge hierarquizavam e solidificavam os papéis sociais de gênero, além de possuírem um sentido racial claramente manifesto desde a sua aceção.

Ao mesmo tempo, outro aspecto importante das propostas de Beveridge que decorre do que apontamos anteriormente, é a questão do acesso às políticas delineadas no relatório: tal acesso ligava-se diretamente ao trabalho assalariado e às contribuições dele advindas. Desta forma, se pensarmos o sistema de bem-estar de forma ampliada como pretendia Beveridge – que, se via a obrigação dos programas sociais como sendo apenas o provimento de uma rede de segurança básica ao nível de subsistência, também colocava para o Estado a obrigação de garantir o pleno emprego e promover a educação, capacitação e saúde adequados às unidades familiares britânicas –, as mulheres casadas – e os imigrantes, como veremos à frente – sofriam o fardo de um acesso rebaixado à seguridade social, decorrente, em grande parte, de sua participação precarizada no mercado de trabalho. Assim, o modelo do homem-provedor e seu sustentáculo material, o salário-família⁵, eram o centro ao redor do qual se organizava o modelo de seguridade social proposto por Beveridge implementado pelo governo

⁵ A ideia de salário-família surgiu nos fins do século XIX, não por acaso quando da já mencionada integração da classe trabalhadora ao ideal nacional, com a expansão do direito ao voto a partir de 1867, o surgimento do moderno sindicalismo com a fundação do *Trade Union Congress* em 1868 e as primeiras discussões sobre reformas sociais de cunho higienista e com profundos desdobramentos quanto às hierarquias de raça e gênero naquela sociedade. Segundo essa ideia, ao trabalhador inglês do sexo masculino caberia um salário que deveria ser suficiente para garantir os custos de subsistência dele e de seus dependentes não-assalariados – esposa e filhos –, instaurando assim o que se convencionou chamar de “modelo do homem-provedor/mulher dona de casa”. As políticas públicas implementadas pelo Partido Liberal nas primeiras décadas do século XX possuíam, como um de seus pilares, o modelo do homem provedor e o seu corolário material, o salário-família, que consagrava relações desiguais complementares entre homens e mulheres no lar e fora dele. A justificativa para essa separação entre funções por gênero se dava a partir da defesa e do melhoramento da raça inglesa: às mulheres caberia o papel primordial e essencial de mães geradoras e cuidadoras dessa, defensoras de lares sadios para o desenvolvimento dos futuros cidadãos. Para mais sobre o salário-família, ver Land (1980).

trabalhista eleito em 1945, além de ainda inspirarem boa parte das próprias demandas dos trabalhadores organizados⁶.

No entanto, uma análise que trate a classe trabalhadora britânica como se esta possuísse um desenvolvimento histórico puramente endógeno e fosse homogeneamente branca seria limitadora do que pretendemos neste artigo. É essencial incluir em nosso debate a questão da imigração, posto que esta ajuda a compreender mais decisivamente como a questão da raça é central para o funcionamento tanto do Estado de bem-estar social britânico, como do regime fordista que o acompanha. Sem este componente fundamental e que dá sentido tanto ao próprio Estado-nacional britânico como à classe trabalhadora daquele Estado-nação⁷, estaríamos a meio caminho de uma compreensão totalizante desse processo social. No caso do Estado de bem-estar, quando o processo de nacionalização da classe trabalhadora atingiu o seu ápice, isso fica ainda mais explícito.

II. Pós-guerra, *Commonwealth* e política migratória: o Ato de 1948

Em termos práticos, a imigração para a Grã-Bretanha no pós-Segunda Guerra começou de fato com o reassentamento de poloneses expatriados resultante dos confrontos entre a Alemanha nazista e a União Soviética. As primeiras levadas sustentadas de trabalhadores imigrantes vindos da Polônia serviriam para fazer frente à um suposto problema com que os trabalhistas eleitos em 1945 se deparariam ao longo do seu governo: a carestia de mão-de-obra⁸. Visando contornar essa situação, o governo

⁶ Boston (1980) e Pedersen (1993) mostram como os sindicatos e o TUC – com raras exceções – cerraram fileiras em torno da defesa do salário-família e contribuíram enormemente para a sua legitimação, utilizando-o como argumento principal em várias negociações salariais e resolvendo assim uma velha queixa do movimento trabalhista: a de que mulheres – e crianças – eram utilizadas pelos patrões para rebaixar o salário geral da força de trabalho, devendo portanto permanecer de fora do mercado de trabalho.

⁷ O centro do argumento de Virdee (2014, p. 8, tradução nossa) – numa clara alusão à obra clássica de Thompson (1988) – é que “a raça é constitutiva do fazer-se, desfazer-se e refazer-se da classe trabalhadora na Inglaterra”.

⁸ A abordagem do problema por parte das autoridades trabalhistas não levava em conta a imensa força de trabalho feminina subutilizada. Harris (1993) traz uma importante discussão a respeito dessa subutilização da força de trabalho disponível na economia do pós-guerra britânico, referindo-se ao conceito marxiano de “exército industrial de reserva”, realçando seu caráter político e intencional, ligado a políticas estatais determinadas. Pensamos ser este um ponto central da discussão a respeito da imigração no pós-guerra e

trabalhista criou o programa dos Trabalhadores Europeus Voluntários (TEV), que envolveu refugiados políticos de várias nacionalidades que não podiam ou não queriam retornar ao seu país de origem após a redefinição das fronteiras políticas no continente europeu no pós-1945. O programa se tratava de “um esquema único, com o compromisso do Estado britânico de arcar com todos os custos de recrutamento, viagem e repatriação em nome dos capitalistas, que careciam de trabalhadores” (SOLOMOS, 2003, p. 51, tradução nossa).

Olusoga mostra como esses esforços pelo próprio governo trabalhista contrastaram com sua recusa em fazer o mesmo quando se tratou de trabalhadores oriundos de colônias britânicas no Caribe: o mesmo governo trabalhista chegou a enviar um oficial do Gabinete Colonial à região a fim de dissipar os rumores de que havia vagas de emprego disponíveis na Grã-Bretanha. Como afirma o autor, “Attlee e seus colegas de gabinete estavam determinados a resolver o problema [de mão-de-obra] usando trabalhadores *brancos*, fossem eles estrangeiros ou súditos do Império Britânico” (OLUSOGA, 2017, p. 491, tradução nossa, grifo nosso).

Em termos quantitativos, não há margem para discussão: o grosso da imigração no pós-guerra britânico, em especial nos primeiros anos, foi composto por imigrantes brancos, desde os sempre presentes irlandeses⁹, até os TEV (GOODFELLOW, 2019; VIRDEE, 2014; SOLOMOS, 2003). Mesmo assim, imigrantes negros e asiáticos se tornaram o centro do debate sobre a imigração no pós-guerra. O marco tido como inaugural dessa nova onda de imigrações de não-brancos do pós-1945 foi a chegada do navio *Empire Windrush* em 22 de junho de 1948, vindo do Caribe com 492 jamaicanos a bordo, dos quais 2/3 haviam servido na Segunda Guerra (WARD, 2004, p. 124). Desde a sua partida de Kingston algumas semanas antes, “houve recriminações instantâneas em *Whitehall* e foram feitas tentativas nos bastidores para garantir que o *Windrush* não

que merece atenção mais aprofundada. Aqui, nos limitamos a levantar essa questão, nos furtando a aprofundá-la por falta de espaço.

⁹ Em seis dos sete anos entre 1955 e 1962, irlandeses imigraram em maior quantidade do que todos os países da chamada “nova *Commonwealth*” somados, cf. GOODFELLOW, 2019, p. 86.

criasse um precedente e inspirasse mais migração” (OLUSOGA, 2017, p. 493, tradução nossa).

Nenhuma dessas iniciativas ou reclames foi suficiente para impedir que o *Empire Windrush* atracasse nas docas de Tilbury. Mesmo assim, no dia do atracamento do navio, doze parlamentares trabalhistas enviaram uma carta ao primeiro-ministro requerendo a imposição de limites a imigração de negros ao país. Conforme dizia a carta,

o povo britânico felizmente desfruta de uma profunda unidade sem uniformidade em seu modo de vida, e é abençoado pela ausência de um problema racial de cor. Um afluxo de pessoas de cor aqui domiciliadas pode prejudicar a harmonia, força e coesão do nosso povo e da vida social e causar discórdia e infelicidade entre todos os envolvidos.

Em nossa opinião, os governos coloniais são responsáveis pelo bem-estar de seus povos e a Grã-Bretanha está dando a esses governos uma grande ajuda financeira para que possam resolver seus problemas populacionais. Ousamos sugerir que o governo britânico deveria, tal como outros países estrangeiros, alguns domínios e até mesmo algumas das colônias, por meio de legislação se necessário, controlar a imigração, nos interesses políticos, sociais, econômicos e fiscais do nosso povo¹⁰ (citado por HARRIS, 1993, pp. 24-25, tradução nossa).

Fato é que, pouco mais de um mês depois da chegada do *Windrush*, o Ato de Nacionalidade Britânica entrou em vigor no dia 31 de julho. O ato garantiu direitos irrestritos de entrada, emprego, residência e participação política tanto aos súditos das colônias como aos cidadãos da *Commonwealth* ao criar novos status de cidadania: haveria cidadãos do Reino Unido e das colônias, “do Reino Unido e países não-independentes” e “de países independentes da *Commonwealth*”¹¹. Isso significou que, formalmente, o universalismo do bem-estar britânico se aplicaria também aos imigrantes do império, garantindo a esses igual acesso aos programas e benefícios

¹⁰ É interessante notar como o problema da imigração nesse contexto foi tratado indistintamente por trabalhistas e conservadores como algo alheio à política britânica, invisibilizando a relação entre os fluxos migratórios e o império britânico, de onde provinha a grande maioria dos imigrantes. Para El-Enany (2020, p. 13, tradução nossa), pelo contrário, “as leis de imigração britânicas são uma continuação do poder colonial britânico conforme estabelecido no antigo Império Britânico. A categorização das pessoas em com e sem direitos de entrada e permanência sustenta e reproduz as hierarquias raciais coloniais. As leis de imigração contemporâneas mantêm assim a ordem racial global estabelecida pelo colonialismo, pela qual as populações racializadas são desproporcionalmente privadas de acesso a recursos, saúde, segurança e oportunidade e são sistemática e desproporcionalmente tornadas vulneráveis a malefícios e morte prematura”.

¹¹ Só no primeiro grupo, o de cidadãos do Reino Unido e das colônias, foram incluídas 48 nacionalidades diferentes, cf. EL-ENANY, 2020, p. 77.

sociais, nas mesmas condições especificadas – algo que em tese rompia com uma tradição de exclusão de imigrantes com relação à essas políticas desde o século XIX.

No entanto, se contextualizado no interior da teia de relações internacionais britânicas com seu império e com a *Commonwealth*, alguns pontos chamam atenção e põem em xeque essa suposta liberalidade do ato de 1948. Na mesma época, o Canadá havia revisado suas leis de cidadania, concedendo aos habitantes do império britânico – antes súditos da coroa e, portanto, possuidores de iguais direitos no país – o novo *status* de “cidadãos da *Commonwealth*”, retirando os plenos direitos que estes possuíam anteriormente, e isto incluía os ingleses. Ao mesmo tempo, a independência da Índia em 1948 estimulou os parlamentares britânicos a implementarem o ato e nele instituírem a distinção formal entre súditos britânicos que eram cidadãos do Reino Unido e de suas colônias e cidadãos da *Commonwealth* (que naquele momento passou a incluir a recém-independente Índia). Assim, o ato de 1948 é melhor visto como “destinado a manter unido o que restava do Império Britânico. Com a criação deste status [de cidadão do Reino Unido e das Colônias], o governo britânico estava afirmando seu poder de reconhecimento de seus súditos coloniais sobre o do governo canadense, depois de ter definido seu próprio conceito de cidadania” (EL-ENANY, 2020, p. 31, tradução nossa).

De forma central, o ato de 1948 teve por intenção garantir facilidades no fluxo migratório entre a Grã-Bretanha e a “velha *Commonwealth*” – formada pelos chamados “domínios brancos” (os autogovernados Canadá, Austrália, Nova Zelândia e a União Sul-Africana), em contraposição aos países integrantes da “nova *Commonwealth*”, formada pelas colônias não-brancas na África, Ásia e Caribe. Assim, o ato pretendia assegurar que os britânicos permanecessem livres para se estabelecer nas colônias e que os cidadãos da velha *Commonwealth* – predominantemente brancos – fossem livres para residir na Grã-Bretanha, enfatizando assim “a identidade global da Grã-Bretanha como potência colonial e como *primus inter pares* na *Commonwealth*” (EL-ENANY, 2020, p. 79, tradução nossa). Nos debates parlamentares sobre o ato, sequer fora aventada a possibilidade de os cidadãos da nova *Commonwealth* fazerem uso das mesmas prerrogativas a partir dali (*idem, ibidem*, p. 80, tradução nossa). Mais do que isso:

Goodfellow (2019, pp. 77-78) narra como o governo britânico chegou a fazer campanha contra a imigração da nova *Commonwealth* para o Reino Unido, produzindo até um documentário a ser exibido no Caribe com imagens do duro inverno de 1947-48 e das péssimas condições de habitação que os recém-imigrados estariam sujeitos.

Apenas formalmente, portanto, as regras do ato de 1948 davam igual acesso aos benefícios sociais aos imigrantes, ao conceder-lhes cidadania plena na metrópole e igualar as relações entre súditos no interior do império britânico. Não havia lugar para imigrantes no esquema de bem-estar social beveridgeano. E como vimos anteriormente, a “britanidade” do pós-guerra integrou as classes sociais, unidas no esforço comum da Segunda Guerra, e sua recompensa seria a exclusividade dos direitos sociais. Desta forma, para os brancos britânicos,

as estruturas de bem-estar eram postuladas como ‘nossas’; eram apresentadas implícita ou explicitamente como razões simbólicas e materiais para a identificação da classe trabalhadora com a unidade nacional-racial. A imigração não-branca era assim retratada como uma ameaça aos ‘ganhos’ da classe trabalhadora” (BONNETT, 1998, p. 331, tradução nossa).

A grande questão do período seria a imigração de súditos britânicos não-brancos para a metrópole, e como estes se relacionariam com essas estruturas de bem-estar social. Legalmente, elas tinham direito a desfrutar delas. Conseguiriam fazer isso na prática?

III. Lar e trabalho: a dupla exclusão da experiência dos imigrantes na metrópole britânica

Devemos começar apontando que, da parte dos imigrantes, por seu perfil etário e familiar, suas demandas com relação às políticas sociais eram pequenas (WARD, 2004, p. 127). A maioria dos imigrantes estava em idade para ingressar no mercado de trabalho sem depender do sistema de aposentadorias, por exemplo. Tal força de trabalho já chegava em solo britânico como uma mercadoria pronta a ser

consumida. Como explicita Sivanandan (1976, p. 349, tradução nossa), a força de trabalho imigrante “não tinha custado nada ao país [Inglaterra]. Tinha sido paga pelo seu país de origem – criada e desenvolvida, como o queria o subdesenvolvimento capitalista, para os mercados de trabalho da Europa. Representava para a Grã-Bretanha uma poupança de todas as despesas com alimentação, vestuário e moradia até chegar à idade de trabalhar”. As notícias de oportunidades de emprego na “pátria-mãe” correram o Caribe ainda nos tempos de guerra, e a crise econômica na região motivou muitos a tentarem a sorte na metrópole. No entanto, as expectativas dos imigrantes logo se chocariam com a realidade com que eles se depararam em solo inglês, a começar pela própria ideia de pertencimento que estes nutriam com relação à Grã-Bretanha, consequência da relação metrópole-colônias: o impacto das experiências cotidianas no novo país colocou à prova tal ideia.

As duas áreas onde essas questões se manifestaram de forma mais visível foram, não por acaso, aquelas em que se baseava a britanidade: a esfera privada do lar e a esfera do trabalho assalariado¹². A já mencionada incorporação da parte branca da classe trabalhadora ao projeto nacional – fundado na interação, em linhas generificadas, entre o trabalho reprodutivo no lar e o trabalho produtivo fora dele – corporificou-se no Estado de bem-estar social cujas fronteiras étnico-raciais eram explícitas. É a partir dessas duas esferas que analisaremos os tensionamentos resultantes da presença de não-brancos na sociedade britânica do pós-1945, indicando tendências que apenas desabrochariam a partir dos anos 1950.

Dentro do arcabouço ideológico do que podemos chamar de “nacionalismo de bem-estar social” britânico, o lar era tido cada vez mais como central para a respeitabilidade do povo comum e como distinção da raça britânica, o que explicava, por exemplo, o fato do trabalho em tempo integral da mulher casada ser visto como ameaça à estabilidade da família britânica e, por consequência, da raça e da nação. Sendo assim, com relação aos imigrantes, o pós-Segunda Guerra britânico se notabilizou pelo fato de

¹² Tal distinção serve apenas para facilitar o entendimento da questão. Importante destacar, no entanto, que parte não desprezível do trabalho assalariado de mulheres imigrantes era realizado no lar ou relacionado diretamente ao trabalho doméstico, como veremos à frente.

que “as diferenças entre brancos e negros foram construídas através de uma oposição entre uma ‘anglicidade’, caracterizada pela privacidade da vida doméstica e familiar, e os ‘imigrantes’, que se caracterizavam em termos de incapacidade para a vida doméstica e familiar, ou de barbárie doméstica” (WEBSTER, 2005, p. X, tradução nossa).

A ênfase na esfera doméstica atuou em duas frentes interligadas: a mencionada questão de uma suposta inaptidão dos imigrantes não-brancos em se adequarem à organização da vida doméstica inglesa e o temor quanto à miscigenação e aos casamentos inter-raciais. As relações entre homens caribenhos e mulheres brancas eram vistas como um ataque frontal à nação britânica, uma “invasão” ao lar e uma “contaminação” extremamente danosa da esfera doméstica, retomando assim o sistema de pensamento desenvolvido no auge do imperialismo¹³. Como explica Webster (*idem*, p. 48, tradução nossa), “a mulher branca encarnava a ‘anglicidade’ como vida doméstica e familiar e as noções de pertencimento, apego e estabelecimento que isso sugeria. O homem negro era visto como sem raízes e à deriva, ou selvagem e indomado. A sexualidade do homem negro era vista como uma ameaça à feminilidade branca”. Assim, aquele que era visto como o papel primordial da mulher branca na sociedade britânica – ter filhos e expandir/melhorar a raça –, era inviabilizado caso houvesse relação com homens não-brancos, e “pessoas mestiças foram associadas ao declínio moral, doenças, desemprego, privação de moradia e prostituição” (*idem*, p. 54, tradução nossa). Por outro lado, as mulheres negras eram vistas como úteis para “domar” o suposto ímpeto sexual desenfreado de seus compatriotas masculinos, ao mesmo tempo em que eram tratadas como indivíduos passivos que deveriam estar ao dispor dos homens brancos para servirem como “entretenimento e animação para *voyeurs*” por serem “exoticamente sexuais” (*idem*, p. 61-62, tradução nossa).

De qualquer forma, em ambos os casos, tanto homens como mulheres não-brancos eram vistos como inaptos a reproduzirem o modo de vida doméstica dos britânicos. Esses temores de miscigenação se mesclavam às críticas mais diretas com

¹³ No século XIX, a presença de imigrantes irlandeses e judeus era tratada nesses mesmos termos biologizantes e patológicos, como apontam McClintock (2010) e Hall (1998).

relação à organização doméstica própria dos imigrantes não-brancos, já que “a anglicidade-britanidade foi construída como um conjunto de normas comportamentais contra as quais a vida dos imigrantes negros e asiáticos deveria ser medida” (WARD, 2004, p. 133, tradução nossa). Realçava-se assim a incompatibilidade e a incapacidade dos “de fora” com relação à assimilação e reprodução dos costumes dos “de dentro”. Concluía-se dessa forma que “os imigrantes negros e asiáticos podiam ocupar casas, mas não sabiam formar lares” (*idem*, p. 133, tradução nossa).

Se na esfera doméstica esse era o quadro, na esfera do trabalho assalariado barreiras igualmente difíceis de serem transpostas serviram para aumentar a sensação de deslocamento por parte dos imigrantes. O primeiro ponto diz respeito ao contraste entre as posições profissionais ocupadas em seu país de origem e as novas posições que os não-brancos assumiram no Reino Unido. O rebaixamento ocupacional era a regra: médicos, professores, jornalistas, trabalhadores manuais qualificados... as ocupações de origem eram as mais variadas, mas o racismo no mercado de trabalho direcionava tais imigrantes para cargos de menor qualificação e remuneração, com péssimas condições de trabalho e raras possibilidades de promoção. O relato de uma imigrante caribenha em 1956 é ilustrativo disso:

na primeira semana quando eu cheguei [na Inglaterra], meu irmão disse que eu tinha que me inscrever na agência de emprego na segunda-feira. Na primeira segunda-feira eu levei minhas referências dizendo que eu era professora. A mulher no balcão disse: “Ah, você era uma professora na sua terra natal? Bem, você não vai conseguir ser professora de nada aqui!”. Eu disse, “Bem, o que você tem a oferecer?”. “Nada no momento. Volte na próxima semana”. Na segunda-feira seguinte eu fui e ela me olhou de cima a baixo novamente e disse: “Tudo o que eu tenho para lhe oferecer é a ‘Lyon's Tea Shop’, ou um emprego em um hospital em Clacton. Qual você prefere?”. Eu disse: “Eu não sei muito sobre o ‘Lyon's Tea Shop’ porque, como eu disse, eu era professora e estou à procura de trabalho de escritório”. “Oh! Você não terá trabalho de escritório aqui”. Ela deixou isso claro (WADE, 1992, pp. 16-17 *apud* WEBSTER, 2005, p. 146, tradução nossa).

Dessa forma, restava aos imigrantes integrarem a força de trabalho de outros setores da economia. Proporcionalmente, imigrantes acabaram integrando de forma mais pronunciada as indústrias manufatureiras do que trabalhadores brancos: 47% no caso de homens não-brancos e 36% de mulheres, contra 33% entre os homens brancos e 25% entre as mulheres brancas (SMITH, p. 73 *apud* RAMDIN, 2017, p. 239). Tais

indústrias, em geral, eram caracterizadas por “escassez de mão de obra, trabalho por turnos, horário não social, baixa remuneração e ambiente de trabalho desagradável” (RAMDIN, 2017, p. 239, tradução nossa). Também houve grande influxo de imigrantes nos postos de trabalho dos recém-criados serviços públicos, notadamente no setor do transporte coletivo. No caso das mulheres especificamente, as imigrantes encontravam-se “desproporcionalmente representadas nos transportes e comunicações, hotelaria e alimentação e no NHS¹⁴, justamente aqueles setores em que predominam a mão-de-obra não-qualificada ou semiqualficada” (SMITH, p. 73 *apud* RAMDIN, 2017, p. 239, tradução nossa).

Logo de início, para as mulheres especialmente, a experiência de trabalho na “pátria-mãe” trazia uma herança que poderia ser remetida ao período colonial: “não havia uma distinção real entre o trabalho negro masculino e feminino. Era esperado que trabalhássemos tanto quanto os homens quando éramos escravas, e isso nunca mudou” (BRYAN; DADZIE; SCAFE, 2018, p. 17, tradução nossa). O modelo normativo da família britânica formada por um homem-provedor e uma mulher-dona de casa era, assim, atacado em suas bases fundantes quando se tratava da família imigrante não-branca. A relação entre participação na força de trabalho e vida doméstica, como vimos, era a base do modelo de família do Estado de bem-estar e dos papéis sociais generificados característicos de tal modelo para os britânicos. O salário-família servia para garantir ao homem-provedor o sustento de sua família, e o trabalho em meio-período de sua esposa, quando ocorria, era visto como uma fonte de renda complementar para supérfluos e não como essencial para a sobrevivência do núcleo familiar – servindo assim para justificar tanto a desigualdade salarial entre os gêneros como a estrutura da seguridade social¹⁵. Tal forma de estruturação não era permitida às mulheres imigrantes e suas famílias.

¹⁴ *National Health Service*, o Serviço Nacional de Saúde britânico.

¹⁵ Em tal estrutura, mulheres recebiam prioritariamente benefícios ligados à maternidade ou ao seu *status* marital, enquanto os homens recebiam como trabalhadores assalariados provedores de um lar com dependentes. Em ambos os casos, diferentes cidadanias eram forjadas e se materializavam no sistema de benefícios de bem-estar britânico. Sobre isso, ver ALENCAR, 2019.

As imigrantes encontravam-se então excluídas do modelo do salário-família, tanto pelo baixo salário de seus maridos, como pela sua obrigação de terem que trabalhar em período integral. Desta forma, “o emprego [das imigrantes não-brancas] era em geral uma pré-condição de qualquer pretensão ao estabelecimento de uma vida familiar” (*idem*, p. 141, tradução nossa), e não um complemento de renda tornado possível pela explosão dos empregos de meio-período, como no caso das mulheres brancas casadas. Tal situação era, assim, uma das bases para os já mencionados argumentos da inadequação e incapacidade dos imigrantes de se adaptarem e reproduzirem o modo de vida e de organização doméstica característicos das famílias brancas britânicas, em especial sobre a suposta fragilidade da “maternidade negra”, tida como problemática em especial pelos serviços de assistência social. Na verdade, tais mulheres e suas famílias eram impedidas, estruturalmente, de reproduzirem o padrão britânico do modelo do homem provedor/mulher dona de casa.

Além disso, desenvolveu-se uma clara subdivisão do trabalho no interior da força de trabalho feminina entre mulheres brancas e não-brancas: a presença cada vez maior de imigrantes não-brancas supriu parte da demanda por mão-de-obra barata nos ramos vistos como femininos, desta forma liberando as mulheres brancas britânicas para realizarem suas tarefas domésticas e matrimoniais – ao ocuparem os postos destas –, ou permitindo que estas galgassem postos um pouco mais altos nos seus empregos, ampliando sua participação nos setores administrativos, no trabalho de escritório, ou no sempre em expansão setor de vendas. Como lembra Webster, o censo de 1961 mostrou que quase 40% de todas as mulheres economicamente ativas estavam nesses setores (25,9% em escritórios e 12,7% no setor de vendas). Mas das mulheres economicamente ativas nascidas no Caribe, essa proporção caía para apenas 7,6%, sendo 6,6% em trabalhos de escritório e apenas 1% em vendas (PATTERSON, 1969, p. 136 *apud* WEBSTER, 2005, p. 130). A presença de não-brancas constituía, dito de forma clara, fonte de força de trabalho para

os empregos que a força de trabalho local não estava mais disposta a fazer, nos setores de serviços, semiquualificados e não-qualificados. O trabalho de serviço era pouco mais do que o trabalho doméstico institucionalizado, como faxineiras

noturnas e diurnas, trabalhadoras de cantina, lavadeiras e camareiras – uma extensão do trabalho que tínhamos feito sob o colonialismo no Caribe. A alternativa a isso era o trabalho fabril em pequenas “fábricas de suor” não-sindicalizadas, onde as condições eram precárias e as negociações dessas condições eram inexistentes. Na linha de montagem trabalhávamos lado a lado com outras imigrantes da Ásia, Irlanda e sul da Europa, produzindo os alimentos, roupas, calçados e eletricidade, bens domésticos que eram tão essenciais para o *boom* econômico britânico do pós-guerra (BRYAN; DADZIE; SCAFE, 2018, p. 25, tradução nossa).

Como não podia deixar de ser, a questão da participação de imigrantes não-brancos, homens e mulheres, no mercado de trabalho mobilizou a classe trabalhadora branca britânica. Neste ponto, as posições particulares dos sindicatos, a posição geral do TUC e a percepção – em muitos pontos infundada e motivada pelo nacionalismo de bem-estar social – dos próprios trabalhadores quanto ao convívio e à inserção dos imigrantes na sociedade e, em particular, na esfera do trabalho pago, confluem no sentido de inserir de forma rebaixada os trabalhadores e trabalhadoras não-brancos no mercado de trabalho e nas instituições organizativas da classe trabalhadora. Os exemplos são dos mais variados: nos anos 1950, representantes locais da Confederação de Empregados do NHS votaram favoravelmente moções se opondo ao emprego de enfermeiras negras – que cresceu nessa época, ainda que de forma rebaixada, sendo as imigrantes inseridas em cargos de enfermagem mais baixos, desgastantes e insalubres¹⁶. Em 1955, uma série de greves e paralisações convocada pelo sindicato do transporte público ocorreu contra o emprego de imigrantes não-brancos em diversos cargos: em West Bromwich e em Wolverhampton, greves eclodiram tendo por mote a interrupção da contratação de indianos que excediam a cota estabelecida de 5% para trabalhadores não-brancos acordada com o órgão patronal do setor nos anos anteriores (RAMDIN,

¹⁶ As entrevistas contidas em Bryan, Dadzie e Scafe (2018) e em McDowell (2013) apresentam com detalhes essa inserção propositalmente rebaixada das enfermeiras imigrantes caribenhas no NHS, com aval do Estado britânico. Quando foi lançado em 1948, o NHS já partia de um déficit de 54 mil enfermeiras, segundo dados do governo, e a escassez era mais grave nos serviços para os doentes crônicos, na saúde mental e na assistência geriátrica, áreas pouco populares da enfermagem entre as mulheres brancas britânicas. Atraídas por esquemas de subvenção estatal acordados entre o próprio NHS e os governos de ex-colônias britânicas no Caribe (como o de Trinidad), essas mulheres eram instaladas em cargos mais baixos do plano de carreiras da enfermagem britânica, realizando “o que muitas vezes é chamado de trabalho sujo de enfermagem: cuidados diários de limpeza corporal, por exemplo, e outras tarefas práticas, limitando assim sua gama de experiências e perspectivas de promoção”, cf. MCDOWELL, 2019, p. 113, tradução nossa.

1987). Uma seção local do sindicato envolvido na questão atuou a favor da imposição de um controle de imigração – ressaltando supostos problemas trazidos pela “imigração indiscriminada”¹⁷ – mas a autoridade central do sindicato se opôs a qualquer tipo de discriminação de cor. Ao longo da segunda metade dos anos 1950 e dos anos 1960, essa seria a posição adotada pelos principais sindicatos: oposição às barreiras de cor aos imigrantes já instalados no país, conjugado ao apoio à imposição de controles migratórios, como mostra a resolução de um sindicato na época:

As pessoas de cor que vêm à Inglaterra são súditos britânicos que só procuram um meio de existência que lhes é negado no seu local de nascimento. Imploramos a todos os sindicalistas que façam tudo o que estiver ao seu alcance para ajudá-los a obter emprego e a ingressar em seus respectivos sindicatos, permitindo-lhes assim trabalhar e viver como seres humanos decentes. Chegou a hora de acabar com todo trabalho estrangeiro que entra neste país: eles constituem um perigo para os trabalhadores deste país. Em caso de crise, *o mercado seria inundado de mão-de-obra estrangeira barata e um sério impedimento ao poder de negociação sindical* (citado por GLASS; POLLINS, 1960, p. 76 *apud* RAMDIN, 2017, p. 199, tradução nossa, grifos nossos).

Tal posição, à primeira vista contraditória, foi adotada pelo TUC em 1955, quando a organização se pronunciou pela primeira vez de forma oficial sobre a questão da imigração – sintomaticamente, em seus debates sobre a “situação internacional”¹⁸, e não nos assuntos da política doméstica.

As instituições do movimento trabalhista britânico, direta ou indiretamente, reforçavam de diversas formas a desigualdade de acesso dos imigrantes não-brancos a meios de sobrevivência e a um padrão de vida tido por esse movimento como um direito de seus integrantes. A própria presença desses imigrantes era vista como problemática para a existência dos trabalhadores britânicos e de suas organizações sindicais e seu poder de negociação, além de constituírem fator de rebaixamento salarial, como mostra a citação anterior. E assim como os imigrantes eram vistos como inaptos a reproduzirem a vida doméstica britânica, também eram tidos como incapazes

¹⁷ Tanto no caso do NHS como no caso da companhia pública de transporte de Londres, ambos os setores estavam envolvidos com esquemas de subvenção pública da importação de mão-de-obra imigrante não-branca. Ao fim de 1958, contabilizavam-se 4 mil funcionários negros apenas no transporte londrino, tendo mil deles sido recrutados diretamente da colônia britânica de Barbados com auxílio do governo britânico, cf. RAMDIN, 2017, p. 197.

¹⁸ Âmbito que, em geral, se voltava aos temas do sindicalismo internacional e da política externa.

de participarem do mercado de trabalho e das instituições da classe trabalhadora – em especial, dos sindicatos –, graças à mesma e suposta incapacidade dos imigrantes de se integrarem e reproduzirem o estilo de vida britânico, ao qual eles não pertenciam e do qual não mereciam colher as recompensas.

Dessa forma, no pós-1945, nas palavras de Virdee (p. 103, tradução nossa), “o Estado britânico, empregadores e trabalhadores passaram a partilhar uma crença comum no nacionalismo britânico, sustentada por uma lealdade compartilhada a branquitude”. O depoimento de um trabalhador ferroviário relatando, nos anos 1960, o primeiro impacto dos imigrantes em seu ramo é instrutivo quanto a isso:

acreditávamos que éramos melhores que os negros e que por isso tínhamos o direito de governá-los. Então eles chegaram para trabalhar conosco nas ferrovias. Eram bons homens, mas nunca se podia esquecer o que se aprendeu toda a vida sobre eles, que nunca poderiam ser tão bons quanto os homens brancos. Eles vieram para morar perto de nós. Esperava-se de nós que aceitássemos isso. Eles [o governo] nunca nos perguntaram como nós nos sentíamos. Eu não estou dizendo que não deveríamos tê-los deixado entrar, não, senhora. Meu neto é metade jamaicano e ele é da família (citado por ALIBHAI-BROWN, Yasmin. *True Colours: Public Attitudes to Multiculturalism and the Role of Government*. Londres: Institute for Public Policy Research, 1999, p. 52 *apud* WARD, Paul, *op. cit.*, p. 136, tradução nossa).

Conclusão

Esse artigo buscou argumentar que, no pós-Segunda Guerra, a relação hierarquizada entre os gêneros, a definição cada vez mais racializada da cidadania e a estrutura desigual do mercado de trabalho foram características centrais da estruturação do Estado de bem-estar social erigido no pós-1945 na Grã-Bretanha. Gênero e raça foram parte central constituinte da criação e sustentação de hierarquias tanto no mercado de trabalho como no acesso a direitos sociais, e foi sobre essas hierarquias que se sustentou o modelo do homem-provedor branco naquele país surgido ao fim do século XIX e que teve seu auge no período aqui abordado. Tal modelo, como ficou claro, beneficiava apenas uma fração da classe trabalhadora, aquela de homens brancos qualificados empregados com estabilidade, salários acordados em negociação coletiva, alta representação sindical, direitos sociais garantidos, dentre outras vantagens.

Percebemos como a dinâmica característica do Estado de bem-estar entre o mercado de trabalho e as políticas sociais ganhou um significado completamente diferente para os imigrantes, já que a estes era impedido, de inúmeras formas, o acesso a meios que os tornariam capazes de manterem suas famílias adequadamente, fosse através do seu trabalho assalariado, fosse através das políticas sociais. Mediando tal acesso, o Estado-nação britânico consagrava materialmente tais exclusões, se fundando nestas em especial no pós-Segunda Guerra, quando o auge da integração da classe trabalhadora ao ideário nacional britânico.

O fato de que, devido aos seus salários serem mais baixos que a média dos nativos, homens e mulheres imigrantes integrantes do mesmo núcleo familiar fossem ambos compelidos a se inserirem no mercado de trabalho, trazia consequências materiais e ideológicas das mais variadas. Assim, no caso dos imigrantes, o salário-família e a ideia de um homem-provedor – pilares da sociedade e do Estado de bem-estar social britânicos do período – eram uma realidade distante e praticamente inacessível em um primeiro momento, apesar de eles serem considerados, legalmente, cidadãos plenos de direitos na metrópole até ali. A posição subalterna de tais grupos com relação à habitação, qualificação e mercado de trabalho não era amenizada pelos programas sociais – os quais eles raramente conseguiam pleno acesso –, o que acabava, em contrapartida, por reforçar estereótipos racistas que justificavam a inserção rebaixada desses imigrantes no mercado de trabalho, formando um ciclo vicioso excludente.

Realizando trabalhos socialmente indesejáveis porém necessários, os imigrantes foram peça fundamental na engrenagem do Estado fordista-keynesiano do pós-guerra. Naquele contexto, os ideais nacionais e raciais compartilhados pelos cidadãos brancos britânicos da metrópole, conjugando-se ao arcabouço material e ideológico do Estado de bem-estar, continuaram excluindo não-brancos, imigrantes e estrangeiros. Vimos assim como o Estado de bem-estar social e o fordismo – tratados como período “dourado” do capitalismo nos países centrais inclusive com relação à classe trabalhadora – se sustentaram em explícitas e indissociáveis hierarquias de

gênero e raça, onde, no caso britânico, o Estado-nação imperial teve papel fundamental em consagrar tais hierarquias. O resultado foi a formação de diferentes cidadanias no interior de um mesmo Estado-nação. Diferentes cidadanias que se manifestaram, de maneira primordial, nos diferentes acessos aos meios de subsistência que caracterizaram diferentes frações da classe trabalhadora, forjando diferentes forças de trabalho cuja reprodução se deu de maneira diferenciada, atendendo a diferentes padrões e critérios. É apenas o ponto de vista dos imigrantes que nos permite compreender plenamente o fulcro do Estado de bem-estar e de suas políticas sociais e econômicas, pois como afirma Virdee (2014, pp. 98-99, tradução nossa), referindo-se a esse Estado e aos inegáveis ganhos materiais advindos dele, “tais ganhos indiscutíveis para uma seção da classe trabalhadora foram acompanhados por racismo sistemático e discriminação contra outra seção da classe trabalhadora. A idade de ouro do capitalismo de bem-estar social e do regime social-democrático foi também a idade de ouro da supremacia branca”.

Referências

ALENCAR, Thiago Romão de. Processos de generificação e racialização nas políticas públicas de bem-estar social: o caso do Reino Unido. **Marx e o Marxismo**, v.7, n. 12, jan/jun 2019, p. 38-64.

_____. Elementos para uma análise da formação das políticas de bem-estar na Grã-Bretanha a partir da Teoria da Reprodução Social. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 12, N. 01, 2021, p. 416-443.

BEVERIDGE, William H. **Social Insurance and Allied Services. A Report by Sir William Beveridge**. 1942.

BONNETT, Alastair. How the british working class became white: the symbolic (re)formation of racialized capitalism. **Journal of Historical Sociology**. Hoboken, v. 11, n. 3, 1998, p. 316-340.

BOSTON, Sarah. **Women Workers and the Trade Unions**. Londres: Davis-Poynter, 1980.

BRYAN, Beverley; DADZIE, Stella & SCAFE, Suzanne. **Heart of the Race: black women's lives in Britain**. Londres: Verso, 2018.

EL-ENANY, Nadine. **(B)Ordering Britain: Law, Race and Empire**. Manchester: Manchester University Press, 2020.

GLASS, Ruth; POLLINS, Harold. **Newcomers: The West Indians in London**. Londres: Centre for Urban Studies; George Allen and Unwin Ltd, 1960.

GOODFELLOW, Maya. **Hostile Environment: How Immigrants Became Scapegoats**. Londres: Verso, 2019.

HALL, Catherine. A Family for Nation and Empire. In: LEWIS, Gail (org.). **Forming Nation, Framing Welfare**. Londres: Routledge, 1998.

HARRIS, Clive. Post-war migration and the industrial reserve army. In: JAMES, Winston; HARRIS, Clive (orgs.). **Inside Babylon: The Caribbean Diaspora in Britain**. Londres: Verso, 1993.

LAND, Hilary. The Family Wage. **Feminist Review**, No. 6 (1980), pp. 55-77.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: Raça, Gênero e Sexualidade no Embate Colonial**. São Paulo: Editora UNICAMP, 2010.

MCDOWELL, Linda. **Working lives: gender, migration and employment in Britain, 1945-2007**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013.

OLUSOGA, David. **Black and British: A Forgotten History**. Londres: Pan Macmillan, 2017.

PEDERSEN, Susan. **Family, Dependence and the Origins of the Welfare State: Britain and France, 1914-1945**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

RAMDIN, Ron. **The Making of the Black Working Class in Britain**. Londres: Verso, 2017.

SIVANANDAN, A. Race, class and the state: the black experience in Britain. **Race and Class**, vol. XVII, Spring, n. 4, 1976, pp. 347-368.

SMITH, D. J. **The Facts of Racial Disadvantage**. Londres: Political and Economic Planning, 1976.

SOLOMOS, John. **Race and Racism in Britain**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2003.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa (3 v.)**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

VIRDEE, Satnam. **Racism, Class and the Racialized Outsider**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2014.

WADE, Cecilia. **"Sorry no vacancies": life stories of senior citizens from the Caribbean**. Londres: Notting Dale Urban Studies Centre, 1992.

WARD, Paul. **Britishness Since 1870**. Londres: Routledge, 2004.

WEBSTER, Wendy. **Imagining Home: Gender, 'Race' and National Identity, 1945-1964**. Londres: University of Central Lancashire Press, 2005.